

ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

ARQUIVOS PRIVADOS NA HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

*Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco
Regina Helena Diniz Bomeny*

A criação de Arquivos Nacionais nos principais centros da Europa e da América está vinculada aos interesses de caráter histórico-cultural pela necessidade de garantir novos padrões sociais e pela pressão da comunidade de historiadores e estudiosos. Em geral a importância dada ao documento histórico está associada à presença de um "Príncipe" na gestão de um Estado em plena ascensão político-social. Napoleão (1790), a Rainha Vitória (1838) e Franklin Roosevelt (1934) são algumas das expressões dessa consciência criadora.

Quanto aos arquivos privados foi no decorrer do século XIX, que os historiadores e as sociedades científicas tomaram consciência da sua importância para a conservação da memória nacional. Chamaram a atenção dos proprietários de acervos para a necessidade de preservarem seus documentos pessoais e comunicarem sua existência. Mas foi somente em 1949, que o Arquivo Nacional de França, sob a direção de Charles Braibant, criou uma Comissão encarregada de estudar as medidas para assegurar a salvaguarda dos arquivos privados e sua valorização sob o enfoque dos estudos históricos. Formavam esta Comissão proprietários de arquivos privados, historiadores e arquivistas. O coroamento desta política deu-se, recentemente, por ocasião da doação ao Arquivo Nacional, em março de 1969, do acervo da Casa de Orleans pelo Conde de Paris. Em 1971 o Serviço de Arquivos Privados de França apresentou 318 fundos registrados sob a forma de doação, de depósito ou de aquisição.

Nos Estados Unidos não se tem conhecimento de uma política definida para a preservação de documentos históricos de caráter privado. Apenas em relação aos documentos presidenciais encontrou-se uma fórmula inteligente. Em 1955, um ato do Presidente Eisenhower criou dentro do Arquivo Nacional um setor para administrar as chamadas "Bibliotecas Presidenciais" com a finalidade de reunir e preservar documentos históricos de Presidentes da República, funcionários graduados, contemporâneos e familiares categorizados. Até hoje foram organizadas seis Bibliotecas: de Herbert Hoover, em West Branch, Iowa; de Franklin D. Roosevelt, o primeiro a doar seu arquivo ao Governo americano, em Hyde Park, New York; de Harry Truman, em Independence, Missouri; de Dwight D. Eisenhower, em Abilene, Kansas; de John Fitzgerald Kennedy, em Waltham, Massachusetts e de Lyndon Baynes Johnson, em Austin, Texas.

A importância dessa promoção reside na relativa autonomia dada aos administradores das Bibliotecas que, mediante doações e campanhas financeiras de âmbito nacional, conseguem reunir recursos vultuosos destinados a

construir prédios, obter acervos e garantir sua manutenção, sem que para isso seja o Governo americano obrigado a dispendir grandes somas. Por outro lado, através de relações administrativas relativamente informais tem o Governo por intermédio do Arquivo Nacional o controle dos acervos privados de seus Presidentes, principais auxiliares e familiares.

Outro aspecto interessante da organização das Bibliotecas consiste na manutenção do que José Honório Rodrigues denomina *a unidade e a indivisibilidade arquivística*, ou seja, a garantia de que arquivos referentes a um determinado momento governamental são guardados e preservados em uma só instituição, e mais, que diferentes tipos de fontes históricas, escritas, orais e visuais são organizadas de forma a compor um complexo de informações sobre o período histórico vivido pelo personagem.

Embora essa estrutura descentralizada favoreça a distribuição de informes entre os diferentes núcleos regionais de produção intelectual, nos Estados Unidos, a longo prazo, esse sistema tende a aumentar os custos de pesquisas e a dispersar de forma incontrolável os documentos presidenciais em Estados de baixa rentabilidade acadêmica.

No Brasil, a preservação de arquivos particulares sempre esteve na dependência de instituições privadas. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro e criado em 1838 e os Institutos Históricos Estaduais organizados em sua maioria durante o século XIX, conseguiram reunir rico documentário sobre o período colonial e imperial. Foram criados com o objetivo de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários ao estudo da história e da geografia do Brasil. O método utilizado era o de "fazer copiar crônicas, memórias e documentos oficiais sobre história, estatística, legislação e administração para o governo. . ." nos arquivos de Portugal, Espanha, Holanda e demais países cuja história cruzava-se com a nossa.¹

Se o período Imperial foi rico em pesquisas e cópias de documentos históricos, o mesmo não é possível afirmar em relação ao Republicano. Somente no início do século XX foram organizados os principais Arquivos Estaduais anteriormente impedidos de funcionar por força da política centralista do Império. As conseqüências desse atraso pesam até hoje sobre essas unidades, pois seus acervos foram parcialmente desmembrados e desfalcados em benefício entre outros dos Institutos Históricos, com prejuízo para as pesquisas regional e municipal.

A ausência de uma política que regulamente e incentive a preservação das fontes históricas nacionais tem sugerido uma série de iniciativas que exigem uma análise mais apurada. Sem entrar em maiores detalhes sobre a situação das instituições cuja finalidade é a de tratar e organizar os arquivos públicos do país, olhemos com atenção para alguns pontos relativos à difícil situação da pesquisa histórica em nosso país.

¹ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969, p. 65

A dispersão das fontes de informação é enorme. Do acervo da Presidência da República estão depositados no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, apenas documentos do período de 1930 a 1955, enquanto seu respectivo fichário com os registros necessários à consulta encontra-se ainda em Brasília. Os documentos de José Bonifácio e de Varnhagen estão depositados em instituições diversas, uns na Biblioteca Nacional, outros no Arquivo Nacional e outros tantos no Arquivo Histórico do Itamarati. Frequentemente, os arquivos privados sofrem esse tipo de mutilação por desconhecimento de seus titulares ou descendentes que têm por hábito desmembrar os fundos entre instituições diversas e com enfoques organizacionais distintos. Outros ainda permitem que pesquisadores, em geral estrangeiros, tomem conhecimento da documentação antes que o acervo receba qualquer tipo de tratamento arquivístico.

Essa situação, que em parte poderia ser solucionada com um registro ou guia das fontes históricas no Brasil, proporcionou a criação ou a reorganização de diferentes instituições de caráter público ou privado. Essas têm chamado a si a função de recolher e preservar documentos de valor além de criar bases para incentivar a pesquisa histórica no país. Para citar apenas alguns exemplos: A Fundação Casa de Ruy Barbosa, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, desempenha papel importante como museu, biblioteca e arquivo voltados para a Primeira República. O Centro de Memória Social do Conjunto Cândido Mendes, vem-se ocupando da preservação e divulgação de documentos relativos à História mais recente. A Divisão de Documentação Histórica, do Museu Imperial, também subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, possui rico acervo sobre o Império e promove esforços de pesquisa para desenvolver estudos sobre a História de Petrópolis. O Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais juntamente com o Arquivo Público Mineiro têm procurado levantar fontes relevantes para a pesquisa histórica regional. Quanto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas este será aqui objeto de análise mais detalhada.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, foi criado em junho de 1973, com a finalidade de reunir e organizar um acervo de documentos de valor histórico, preservá-lo e colocá-lo em condições de ser utilizado pelos estudiosos e pesquisadores de História Contemporânea do Brasil e ao mesmo tempo desenvolver suas próprias investigações, associando o campo da Documentação às finalidades da pesquisa em Ciências Sociais.

É distinta de outras instituições, exclusivamente voltadas para a organização e divulgação de documentos. Seus objetivos estão definidos, em função de um trabalho inter-disciplinar que associa os dados de tipo histórico à investigação social.

Para a realização de suas finalidades, o Centro vem organizando um acervo de documentação histórica, constituído de *arquivos privados de homens públicos*, através dos quais é possível enriquecer com novas informações um período até agora não coberto de forma sistemática pela pesquisa histórica. Embora o Centro, à semelhança das Bibliotecas Presidenciais americanas, venha procurando ampliar o conceito de fontes históricas disponíveis à pesquisa, não tem no entanto a intenção de concentrar recursos em torno de um ou mais personagens que atuaram na política nacional. O enfoque adotado reporta-se ao período que se inicia com a articulação revolucionária que antecede ao movimento de 1930 e estende-se ao movimento revolucionário de nossos dias.

O Centro tem procurado manter a *unidade e a indivisibilidade arquivística* mediante a integração de seus cinco projetos. O de *Documentação* consiste em colecionar documentos escritos de todos os tipos. O de *História Oral* reúne testemunhos e depoimentos gravados de personalidades do período. O do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* trabalha com informações biográficas e temáticas. O da *Brasília* ocupa-se da produção intelectual da época. O de *Pesquisa* articula dados referentes à relação, poder regional/poder central.

O Centro procura criar com o desenvolvimento dos trabalhos, um núcleo de profissionais especializados, capazes de articular de forma científica os dados referentes à pesquisa histórica, política e social no Brasil. Um dos principais critérios adotados para a seleção de profissionais, principalmente para o Setor de Documentação, tem sido o da *dupla formação*, ou seja, pessoas com graduação ou especialização tanto no campo da Documentação (Biblioteconomia e Arquivologia) como no das Ciências Sociais (História, Sociologia, Ciência Política e Economia).

Assim, ao mesmo tempo em que procura formar quadros familiarizados com os principais temas e questões da historiografia brasileira, visa o Centro ampliar o campo da investigação histórica oferecendo aos demais estudiosos e pesquisadores das Ciências Sociais um acervo constituído de *documentos pessoais* de políticos, militares, empresários e técnicos, além de uma *biblioteca* formada de doações de obras raras e de trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil e no exterior sobre os principais temas enfocados pelo Centro.

Pertencem ao Centro os seguintes *arquivos*, pela ordem de doação: Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Juracy Magalhães, Arthur de Souza Costa, Gustavo Capanema, Francisco Antunes Maciel, Milton Campos, Augusto do Amaral Peixoto, Humberto de Alencar Castello Branco, João Café Filho, Agamenon Magalhães, Arthur da Costa e Silva, Lucas Lopes, Último de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Etelvino Lins, Raul Soares de Moura, João Alberto Lins de Barros, Bertholdo Klinger, Alexandre Marcondes Filho, Fernando Sctembrino de Carvalho, Ernani do Amaral Peixoto, Rosalina

Coelho Lisboa Larragoiti, Quintino Bocayuva, Afrânio de Carvalho, Eugênio Gudin e Estácio Coimbra.

Pertencem ao Centro as seguintes coleções (arquivos pequenos ou incompletos), pela ordem de doação: Luis Sparano, Benjamin Vargas, João Daudt D'Oliveira, Luiz Simões Lopes, Themistocles Brandão Cavalcanti, Monsenhor Kühn, João Francisco Pereira de Souza, Luiza de Freitas Valle Aranha, Paulo Germano Magalhães, Cassio Fonseca, Oswaldo Cordeiro de Farias e Julio Augusto Barbosa Carneiro.

A *Biblioteca* do Centro é constituída por doações de livros, revistas, folhetos, jornais, recortes de jornais que acompanham ou não os arquivos e coleções de: Getulio Vargas, Oswaldo Aranha, Humberto de Alencar Castello Branco, Agamenon Magalhães, Último de Carvalho, Etelvino Lins, Bertholdo Klinger, José Roberto de Macedo Soares (Revista Cultura Política e outros), Alberto Venâncio Filho (semanário "Panfleto" de 1947 a 1949), Jesus Soares Pereira (sua biblioteca), Igreja Positivista do Brasil (coleção completa dos folhetos publicados desde o início do século), Israel Pinheiro (discursos e relatórios de Governo), João Cleofas (discursos) e João Antonio Mesplé (fotografias); além de 250 trabalhos acadêmicos produzidos em instituições nacionais e estrangeiras com referência ao Brasil.

O Centro possui documentação para fornecer dados a investigações de vários tipos. De acordo com uma periodização da história política nacional, possui seu acervo informações sobre a República Velha, a Era Vargas e o Movimento Revolucionário de 1964. Do ponto de vista regional os arquivos recebidos contribuem com dados ainda inéditos sobre as articulações, alianças e coligações em alguns dos principais Estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, e, em menor escala, São Paulo e Bahia. Considerando-se a estrutura política do Estado, pode-se dispor de informações sobre o Executivo, a Presidência da República com ênfase em assuntos das pastas do Interior e Justiça, Fazenda, Educação, Exterior e suas relações com os Estados Unidos. Possui informações sobre os militares institucionalmente organizados e articulados em movimento social e os parlamentares reunidos em Partidos, com predominância de atores vinculados ao Partido Social Democrático e à União Democrática Nacional.

De posse de conhecimentos mínimos sobre a história da vida dos principais titulares de arquivos e conscientes da necessidade de adotar uma metodologia de associação do trabalho de Documentação ao campo da investigação histórico-social e depois da experiência acumulada na organização de documentos de homens públicos, decidiu o Centro optar por uma linha de trabalho que aproveitasse melhor as informações obtidas na análise dos arquivos. Trabalhando com profissionais qualificados, com interesses acadêmicos definidos em função de suas teses de mestrado ou doutorado, foram estabelecidas algumas linhas básicas de pesquisa em função dos arquivos que vêm recebendo tratamento no Setor de Documentação do Centro. Uma linha de caráter *regional*, dando ênfase aos arquivos pernambucanos e mineiros. Uma segunda voltada para a *articulação político-social* dos Tenentes e dos Políticos Civis. E outra que se ocupa da *organização do*

Estado, principalmente no campo das Relações Internacionais, da Economia Financeira e da Educação.

Sobre a Organização dos Arquivos

Os arquivos que não são públicos ou semi-públicos, são privados. Os de uma empresa comercial ou industrial são privados, da mesma forma que o são os de uma família, de uma associação ou de um indivíduo². O acervo do Centro é constituído fundamentalmente de *arquivos privados de famílias ou de indivíduos* doados por seus titulares, sucessores ou representantes.

Cada arquivo é reunido, organizado e classificado como uma unidade separada e integral, respeitando-se o *princípio de sua proveniência* e evitando-se todo e qualquer tipo de mutilação ou desmembramento³. Assim que chegam ao Centro os arquivos são inventariados de forma sumária com a finalidade de se estabelecer uma estratégia para sua organização e classificação. Verifica-se a quantidade dos documentos e a qualidade da informação contida no acervo. Observa-se o estado de preservação e conservação. Analisa-se os tipos diferentes de documentos. Como os arquivos privados caracterizam-se pela *heterogeneidade de sua documentação*, os fundos do Centro não poderiam deixar de ser formados por unidades que possuem tipos distintos de documentos como correspondência, relatórios, discursos, jornais, recortes, diplomas, mapas, fotografias, fitas, filmes e impressos⁴.

Em geral, os fundos são entregues ao Centro com uma organização bastante precária. Quando a ordem original é dada por seu titular ou membro credenciado de sua família, procura-se respeitá-la em consideração à lógica de produção dos próprios documentos. Quando isto não ocorre, modifica-se a ordem de entrega, procurando torná-la mais racional e com aproveitamento melhor das informações para a pesquisa científica. Nos casos em que a recuperação da organização primitiva torna-se indispensável, esta é feita através das *tabelas de equivalência*, isto é, do confronto entre os inventários sumários com os inventários analíticos definitivos.

Da experiência acumulada pelo Centro em três anos de análise de *arquivos privados de homens públicos* verificou-se a necessidade de caracterizar os diversos fundos que compõem o acervo. Um esforço de reflexão sobre os problemas teóricos que envolvem o conceito de arquivos privados e a experiência no contato com o acervo, levou-nos a uma classificação segundo suas especificidades de: arquivos de caráter biográfico e arquivos de caráter conjuntural.

² FRANÇA, Direction des archives. *Manuel d'Archivistique*. Paris. S.F.V.P.E.N., 1970, p. 401

³ SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos Modernos*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1973, p. 238

⁴ FRANÇA. Direction des archives, op. cit., p. 403

Deve-se notar que tal classificação é feita levando-se em conta as informações contidas nos documentos, e que as técnicas para a organização dos dois tipos de arquivos não são necessariamente excludentes. A classificação é definida no decorrer do próprio trabalho de organização.

O *arquivo de tipo biográfico* é aquele cujos documentos dizem respeito à vida de seu titular, sua atividade política, carreira profissional e assuntos familiares. O enfoque deste arquivo é essencialmente personalizado já que as informações nele contidas giram em torno da situação do ator político em determinado momento histórico. Nesse caso, predomina a organização por séries, de acordo com o conteúdo das informações contidas no arquivo.

Como exemplos de arquivos biográficos podemos citar os dos Presidentes João Café Filho e Humberto de Alencar Castello Branco e o do General Bertholdo Klinger. No arquivo do Presidente Castello Branco encontram-se séries tais como: genealogia, infância no Nordeste, documentos pessoais, carreira militar, pensamento civil, militar e revolucionário, correspondência política e administração pública, compreendidas em quatro grandes divisões do Nascimento à Presidência, o Período Presidencial, o Posterior à Presidência e Homenagens Póstumas.

Como os biográficos, os *arquivos de caráter conjuntural* caracterizam-se pelo tipo de informação que pode ser extraída dos documentos que os compõem. Da documentação existente neste arquivo pode-se apreender informações que extrapolam a participação individual do titular no processo histórico, permitindo uma compreensão mais global da vida política, seja a nível regional, nacional ou internacional.

Na organização desse arquivo dá-se preferência ao procedimento cronológico, por ser este o método “que tem maior significação para o historiador, que é quem mais uso faz de documentos pessoais”.⁵

Além disso, esse critério é o que melhor permite uma reconstituição do processo histórico.

No entanto, o uso exclusivo dessa organização, em alguns casos, não é satisfatória para o melhor aproveitamento das informações. O aparecimento freqüente de documentos de um mesmo teor, tornou necessário o seu agrupamento para facilitar o trabalho do pesquisador e proporcionar uma maior racionalidade interna ao arquivo.

Podemos citar como exemplo de arquivos de caráter conjuntural os acervos de Getulio Vargas, Oswaldo Aranha, Agamenon Magalhães, Etelvino Lins, Francisco Antunes Maciel e Raul Soares de Moura. O do Ministro Etelvino Lins é considerado como caso típico de arquivo conjuntural. Pela variedade de tipos de documentos encontrados (correspondência, relatórios, discursos, entrevistas, recortes, jornais, e impressos) foi organizado em ordem cronológica, respeitando-se, porém, o tratamento por séries em conformidade com a variedade dos tipos de documentos.

⁵SCHIELLENBERG, T.R., op. cit., p. 249

O Centro e a Comunidade

Encontram-se disponíveis à consulta de estudiosos e pesquisadores que estejam trabalhando sobre temas relacionados com a História do Brasil Contemporâneo os arquivos e coleções de: Getulio Vargas (em parte), Oswaldo Aranha (em parte), Francisco Antunes Maciel, Humberto de Alencar Castello Branco, João Café Filho, Agamenon Magalhães, Etelvino Lins (em parte), Bertholdo Klinger, Fernando Setembrino de Carvalho (em parte), Eugenio Gudín (em parte), Luis Sparano, Benjamin Vargas, João Daudt D'Oliveira, Themistocles Brandão Cavalcanti, João Francisco Pereira de Souza, Paulo Germano Magalhães, Cassio Fonseca e Julio Augusto Barbosa Carneiro. Além da Biblioteca constituída de impressos pertencentes aos arquivos e coleções avulsas doadas ao Centro e cerca de 250 teses de Mestrado e Doutorado produzidas em instituições nacionais e estrangeiras referentes ao mesmo período histórico.

Para a consulta ao acervo do Centro, que se encontra aberto aos usuários de 9 às 16, 30 horas, são elaborados para cada arquivo e coleção dois tipos básicos de instrumentos de pesquisa: o *Inventário Analítico* constituído da relação de todos os documentos codificados, com indicação do remetente, destinatário, data e local de produção do documento, e seu respectivo resumo analítico; e o *Índice Onomástico* formado pela indicação de destinatários e remetentes de todos os documentos analisados.

O Setor de Documentação do Centro caracteriza-se por uma dupla finalidade: a de dar tratamento analítico aos arquivos doados, ao mesmo tempo em que presta serviços a uma comunidade mais ampla de cientistas e estudiosos desejosos de travar conhecimento com as fontes primárias disponíveis.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil ao longo de três anos e meio de trabalho vem procurando implantar as bases de uma instituição cujos estudos possam, a longo prazo, contribuir para a divulgação entre outros setores da sociedade, de um conhecimento mais aperfeiçoado sobre a História recente do País.

Para a realização de seus objetivos mais amplos, o Centro apresenta-se como uma experiência única: pelo caráter interdisciplinar da instituição, pelo tratamento amplo que vem imprimindo ao conceito de fontes primárias, pela formação de uma equipe teoricamente habilitada e familiarizada com o fato histórico e capaz de lhe dar tratamento acadêmico, e pela delimitação de um *tempo histórico* ainda não coberto por tratamento de tipo analítico.

Aparentemente o Centro constitui-se em uma instituição voltada para uma comunidade exclusiva e restrita de pesquisadores e estudiosos preocupados com a historiografia recente. No entanto, apesar de se tratar de uma instituição privada e que se ocupa de um acervo de documentos privados, pretende atingir com uma produção ritmada, progressiva e a longo prazo, setores carentes de formação e de informações sobre a História Nacional.

Os *beneficiários diretos* de um projeto desta natureza são, em primeiro lugar, o corpo de pesquisadores e estagiários do Centro que, de posse de

formação teórica sólida, com conhecimento e técnica sobre o campo da Documentação associado ao das Ciências Sociais, passam a ter condições privilegiadas para articular os dados documentais do seu acervo histórico.

Em segundo lugar, *os usuários* do Centro, pesquisadores e estudiosos nos diferentes campos de sua especialidade – História, Sociologia, Ciência Política e Economia – que encontram no Banco de Dados de História Política Contemporânea (arquivos e depoimentos orais) farto material para enriquecer suas análises e trabalhos acadêmicos.

Os *beneficiários indiretos* serão o público acadêmico mais amplo – professores universitários e de nível médio e estudantes de graduação – que através da publicação de monografias, bibliografias comentadas e do próprio Dicionário, irão enriquecer seus conhecimentos sobre a Sociedade Brasileira, reproduzindo-os em formas mais simplificadas de divulgação.

E, por fim, deverá ser atingido o cidadão comum, familiarizando-se com seu passado histórico e com as raízes de sua própria cultura.

Bibliografia Consultada

- ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses. Trad. de Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro, 1973, 167 p.
- BAUTTIER, R.H. *Elaboration des Instruments des travail*. 1972. 4 f. mimeo.
- FRANÇA. Direction des Archives. *Manuel d'archivistique; teorie et pratique des archives publiques em France*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1970, 850 p.
- HUART, Suzanne d'. *Les archives privées*. 1972. 3 f. mimeo
- NAUD, Gérard. *Le classement des Fonds Modernes et contemporaine*. 1972. 5 f. mimeo
- RIGAULT, Jean. *Le classement des archives*. 1972. 3 f. mimeo
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2 ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos Modernos; princípios e técnicas*. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, Serviço de Publicações, 1973. 345 p.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Trad. de Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963. 344 p.

*PERGUNTAS À SRA.
CELINA DO AMARAL PEIXOTO MOREIRA FRANCO*

1) *Katia Silva* (Bahia): De que maneira são armazenados ou guardados os documentos?

- a) correspondência
 - b) fotos e material iconográfico
- Como obter cópia do trabalho?

R.: O Centro está situado na Fundação Getulio Vargas. Creio que todos conhecem o prédio. É um prédio moderno todo de janelas de vidro e alumínio. Não é a melhor situação para um Arquivo. Nós lutamos, no momento, exatamente para ver se conseguimos um prédio em condições de atender a um Arquivo que guarda originais de documentos históricos. Nós guardamos em geral em arquivos de aço ou armários de aço com pastas suspensas e o arquivo em geral é separado por uma folha de papel almaço. É um método simples que não sendo um dos mais baratos também não é dos mais caros. Não é a situação ideal mas é o que está sendo possível fazer no momento. Nós não consideramos a situação atual como definitiva.

Quanto a cópias do trabalho, você poderá procurar-me na Fundação e se você for de outro Estado deixe comigo, seu nome e endereço que eu farei a remessa. O texto do trabalho será publicado nos Anais.

2) *Maria Luiza F. Busse* (V.O. 3ª da Penitência): O arquivo particular do Dr. Felix Pacheco já foi entregue ao Centro?

R. Não; nem tenho conhecimento de sua atual localização. Se você tiver a informação, por favor, queira me comunicar pois eu gostaria muito de ser informada a respeito.

3) *Vera Randazzo*: Poderia citar que tipo de documento faz parte de um arquivo conjuntural?

R.: Basicamente, a grande maioria dos nossos documentos é de cartas. Em se tratando de arquivos privados, grande quantidade da correspondência se constitui de uma troca de cartas entre, por exemplo, Getulio Vargas e seus ministros ou Getulio Vargas e pessoas de sua convivência, de sua amizade durante o período em que viveu. Acontece que evidentemente ninguém escrevia para Getulio Vargas para falar de histórias da Carochinha. Escrevia-se para Getulio Vargas para tratar de política. Então, em geral, as cartas são verdadeiras análises históricas, políticas e sociais do período. Esse é um tipo de documento que integraria um arquivo conjuntural porque facilitará uma análise de conjuntura do período. Ela extrapola o próprio personagem Vargas. Propicia uma análise da situação nacional e muitas vezes internacional.

4) *Gladston Holanda* (Digibrás Rio): Existe a possibilidade de uma futura transferência do acervo do Centro para o Arquivo Nacional?

R. : Como o Prof. José Honório Rodrigues salientou enfaticamente ontem durante o Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil, ao Arquivo Nacional cabe, principalmente, se ocupar dos arquivos públicos do país. Os centros que se ocupam de arquivos privados, em geral são particulares. São arquivos que vêm sendo tratados por centros como os que eu enumerei aqui. Me parece, e essa é uma resposta de nível teórico mas vamos tomar o lado prático, que é preciso primeiro fortalecer o Arquivo Nacional no sentido de que ele tenha condições reais de absorver a documentação pública; isto não vem acontecendo. Não é culpa do Arquivo Nacional mas das autoridades superiores que não vêm no Arquivo uma instituição importante.

No momento creio que o Arquivo Nacional é muito mais um Arquivo de Custódia do Ministério da Justiça do que realmente um Arquivo Nacional. Quero dizer que nessa minha resposta não vai nenhuma crítica à gestão do Dr. Raul Lima ou às anteriores. Esse é um problema histórico no Brasil que vem sendo debatido por uma série de pessoas inclusive com farta literatura sobre essa documentação, nacional e estrangeira, e que precisa ser levado em consideração pelas autoridades.

5) *Manoel Lelo Bellotto*: A Sra. afirma em determinado momento de sua exposição que o Centro procura conservar na medida do possível a ordem do Arquivo adquirido ou legado. Pergunto-lhe se isso não contraria de certa forma as próprias normas da Arquivologia? Isto não limitaria a consulta ao próprio documento?

R. : Ao contrário. As normas de arquivo são muito rígidas nesse sentido. Elas são claras e exigem que o arquivista mantenha a ordem original. É justo o oposto; porque imagina-se que o titular do arquivo tenha dado uma ordem lógica de acordo com a produção do documento. Nós estamos de certa forma infringindo um pouco essa norma quando modificamos a ordem original porque adotamos a ordem cronológica que é na verdade a mais importante para o historiador e nosso objetivo é atender ao historiador e ao pesquisador.